

Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannyer Mendes de Oliveira Marques

Volume 1



Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Governança da terra: reflexões a
partir da política de **regularização**
fundiária do Piauí
Volume 1

Teresina
2026

SUPERVISÃO EDITORIAL

Ana Kelma Cunha Gallas

DIAGRAMAÇÃO

Kleber Albuquerque Gallas Filho

DESIGN GRÁFICO E CAPA

Ana Kelma Cunha Gallas

IMAGENS DAS SEÇÕES

Letícia Mendes (INTERPI)

REVISÃO TÉCNICA

Edson Rodrigues Cavalcante

TI DOI MANAGER

Eliezyo Silva



LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA.

Contato: editora@lestu.org

site: www.lestu.com.br

Livraria: www.lestu.org

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ****Governador do Estado do Piauí**

Rafael Tajra Fonteles

Vice-Governador do Estado do Piauí

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

**INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO
IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ – INTERPI****Diretor-Geral**

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante

Diretor Administrativo e Financeiro

Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Diretor de Gestão Estratégica Fundiária

Vinicius Sales Oliveira Coelho

Diretora de Gestão Fundiária de Interesse Social

Clarecinda de Araújo Moura Jesuíno Teixeira

Diretor de Operações

Leonel Brito Lima

Diretor de Povos e Comunidades Tradicionais

Saullo Lopes Amorim Alves da Silva

Diretor de Sistemas e Inteligência Geoespacial

Rhubens Ewald Moura Ribeiro

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Edson Rodrigues Cavalcante 1649/CRB3

C572g Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí / CAVALCANTE, Rodrigo Ribeiro Costa; RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura; BORGES, Cássio de Sousa; CUNHA, Eduarda e Silva da; ; MARQUES, Rannyere Mendes de Oliveira (Orgs.). v. 1. Teresina: Editora Lestu, 2026.

Trabalhos apresentados no I Congresso Científico do Instituto de Terras do Piauí (CINTERPI), realizado em Teresina, nos dias 2 e 3 de dez. 2025.

428 f; il.

ISBN: 978-65-85729-15-4

DOI: 10.51205/lestu.978-65-85729-15-4

1. Política fundiária- Piauí. 2. Regularização fundiária- Brasil. 3. Território e desenvolvimento regional. 4. Gestão Pública. I. Organizadores. II. Título. III. Localidade. IV. Instituição Promotora.

CDD: 333.31

Índices para catálogos sistemáticos:

Regularização fundiária - Brasil: Política fundiária - Piauí. Território e desenvolvimento regional. Gestão pública.

14

OS AUTOS DE LEGITIMAÇÕES DE TERRAS E O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO NO SEGUNDO REINADO: O CASO DO VALE DO TAQUARI - RS

Land legitimation records and the study of immigration in the second reign: the case of Vale do Taquari-RS

Los registros de legitimación de tierras y el estudio de la inmigración en el segundo reinado: el caso de Vale do Taquari-RS

Cristiano Luís Christillino¹

RESUMO

A fundação de colônias oficiais de imigração alemã no Rio Grande do Sul no período imperial propiciou a rápida valorização das terras florestais, especialmente no Vale do Taquari. O grande número de descendentes destes colonos também demandava novos lotes de terras para a exploração agrícola, o que contribuía para a expansão das áreas coloniais, a enxaimagem. O avanço desses empreendimentos nos vales do Sinos e Caí, assim como a rápida ocupação da Colônia de Santa Cruz, no vale do rio Pardo, além do novo impulso imigratório após o término da Guerra dos Farrapos, criaram a necessidade de um novo empreendimento oficial na região do Vale do Taquari. Isso fez com que surgissem disputas em torno da localização da futura Colônia de Monte Alverne (1859), o que traria a rápida valorização das terras vizinhas ao núcleo, como também acelerou as apropriações de terras de matas “devolutas” visando a sua comercialização. A análise dos dados presentes nos autos de medições de terras permite mostrar que a comercialização de lotes aos imigrantes e migrantes de teutos-brasileiros no Vale do Taquari, no período de 1860 a 1890, intensificou as fraudes no processo de apropriação da terra.

Palavras-Chaves: Lei de Terras; Autos de Medição, Imigração.

¹ Doutor em História UFF, professor associado na Universidade Estadual da Paraíba, <https://orcid.org/0000-0002-9683-2885>: christillino@gmail.com

ABSTRACT

The establishment of official German immigration colonies in Rio Grande do Sul during the imperial period led to the rapid appreciation of forested lands, especially in the Taquari Valley. The large number of descendants of these settlers also demanded new plots of land for agricultural use, which contributed to the expansion of colonial areas, known as enxaimagem (swarming). The expansion of these enterprises in the Sinos and Caí valleys, as well as the rapid occupation of the Santa Cruz Colony in the Pardo River valley, in addition to the renewed surge in immigration after the end of the Ragamuffin War, created the need for a new official enterprise in the Taquari Valley region. This led to disputes over the location of the future Monte Alverne Colony (1859), which would lead to the rapid appreciation of lands neighboring the settlement and accelerate the appropriation of “vacant” forest lands for commercial purposes. Analysis of the data contained in land measurement records shows that the sale of lots to German-Brazilian immigrants and migrants in the Taquari Valley, between 1860 and 1890, intensified fraud in the land appropriation process.

Keywords: Land Law; Measurement Processes, Immigration.

RESUMEN

El establecimiento de colonias oficiales de inmigración alemana en Rio Grande do Sul durante el período imperial propició la rápida valorización de las tierras forestales, especialmente en el Valle de Taquari. La gran cantidad de descendientes de estos colonos también exigió nuevas parcelas para uso agrícola, lo que contribuyó a la expansión de las áreas coloniales, conocida como enxaimagem (enjambre). La expansión de estas empresas en los valles de Sinos y Caí, así como la rápida ocupación de la Colonia Santa Cruz en el valle del río Pardo, sumada al renovado auge de la inmigración tras el fin de la Guerra de los Ragamuffin, crearon la necesidad de una nueva empresa oficial en la región del Valle de Taquari. Esto dio lugar a disputas sobre la ubicación de la futura Colonia Monte Alverne (1859), lo que provocaría la rápida valorización de las tierras vecinas al asentamiento y aceleraría la apropiación de tierras forestales “baldías” con fines comerciales. El análisis de los datos contenidos en los registros de medición de tierras muestra que la venta de lotes a inmigrantes y migrantes germano-brasileños en el Valle del Taquari, entre 1860 y 1890, intensificó el fraude en el proceso de apropiación de tierras.

Palabras clave: Ley de Tierras; Proceso de Medición, Inmigración.

1 INTRODUÇÃO

As origens da colonização do município de Imigrante estão intrinsecamente ligadas à dinâmica de ocupação do Vale do Taquari. Essa região apresentava matas densas em praticamente toda a sua extensão, com a exceção de alguns campestres – pequenas áreas gramadas no interior das matas – geralmente em terrenos mais alagadiços, o que impedia o crescimento das árvores. Dessa forma, a exploração econômica das primeiras fazendas ocorreu através da exploração da madeira e da “abertura de campos” por meio da derrubada e queima das matas para a formação de pastagens.

A vila de Taquari foi fundada na década de 1760, em função do plano da Coroa portuguesa em expandir a colonização através do Vale do Jacuí, a principal via fluvial da Capitania do Rio Grande do Sul, assim como foram criados os núcleos de Rio Pardo, Triunfo, São Jerônimo e Cachoeira. Esse também foi o caso da Freguesia de Santo Amaro (paróquia), fundada na margem do rio oposta à povoação de Taquari (Christillino, 2024).

Estes núcleos receberam casais açorianos na década de 1760 e, na década de 1770, já contava com 60 deles. Eles eram oriundos das primeiras colônias açorianas das margens da Lagoa dos Patos, e migraram para as regiões mais propícias ao desenvolvimento da agricultura, atraídos pela fertilidade das terras do Vale do Taquari (Rüdiger, 1965).

A localização de Santo Amaro permitia o domínio sobre os campos do Vale do Taquari, além de reforçar o domínio sobre a bacia do Jacuí. O número de casais açorianos fixados nesta povoação era menor do que aqueles assentados em Taquari, pois em Santo Amaro a maior parte das terras já havia sido doada a chefes militares, como o capitão Francisco Xavier de Azambuja, enquanto Taquari não possuía terrenos de campos em abundância próximos à vila, mas sim de matas. Essas áreas tinham a sua fertilidade recomposta periodicamente pelas cheias do rio, e ofereciam condições para a agricultura em campos permanentes. Em Santo Amaro, as tropas de um exército invasor poderiam ser avistadas há quilômetros; as casas distribuídas em torno da capela e a torre desta permitiam a sua utilização para fins militares contra possíveis incursões de inimigos. A necessidade de defesa da vila de Rio Pardo propiciou a rápida apropriação e colonização das terras do Baixo Taquari, ainda na segunda metade do século XVIII.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A nossa discussão acompanha as propostas da Nova História Política. A proposta de renovação desta abordagem, no interior dos Annales, recebeu a contribuição dos novos estudos no campo do marxismo, principalmente os trabalhos dos ingleses em torno da história social, especialmente as discussões de Edward Thompson e Eric Hobsbawm, sobre o impacto das mudanças estruturais do capitalismo sobre as massas. A nova história política seguiu alguns princípios dos Annales, como a metodologia de análise das fontes e a longa duração, mas inovou os estudos no interior desta corrente, ao adotar o “político como o domínio privilegiado de articulação do todo social”. Esta perspectiva nos permite analisar a relação estabelecida entre a Coroa e as elites locais no processo de aplicação da Lei de Terras de 1850.

Essa abordagem ao privilegiar o clientelismo nos permite uma melhor análise da ação política da Coroa junto às elites políticas locais, em uma relação de mão-dupla, na qual a aplicação da Lei de Terras teve um papel fundamental. Neste sentido a metodologia que nos oferece a Micro-História, da redução da escala de análise, vem contribuir o estudo de nosso objeto.

Também encontramos um aporte nas discussões de Pierre Bourdieu, para ele a legislação abre espaço para que, no âmbito do judiciário, se anule e relaxe os efeitos da lei. Pierre Bourdieu nos mostra que a legislação, e a estrutura da justiça, abrem brechas que permitem o favorecimento dos interesses de uma das partes envolvidas nas disputas, em detrimento da outra, geralmente menos influente ou então com menor poder econômico. Segundo o sociólogo, as mesmas lacunas permitem, a partir das estratégias tecidas pelos advogados, a anulação das leis. A condução dos processos, no poder judiciário, pode contar com mecanismos para driblar as disposições legais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa proposta será realizada principalmente por meio da análise qualitativa dos processos de legitimação e revalidação das terras. Após o mapeamento das terras do domínio privado seriam iniciadas a delimitação das terras públicas.

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva chamam atenção aos problemas das informações expressas nessas fontes, uma vez que não apresentam um conjunto de dados completos que permitam reconstituir um retrato fiel da estrutura fundiária de cada região pesquisada. Contudo, suas referências sobre o Vale do Taquari, em meados do século XIX, permitem uma análise da estrutura fundiária, do acesso à terra, da agricultura de alimentos e das disputas envolvendo posseiros e fazendeiros locais. As suas próprias contradições oferecem elementos a uma análise da dinâmica de afirmação de propriedade na região.

Esta documentação foi fichada num banco de dados com informações sobre o nome dos proprietários, extensão das suas áreas, a forma de acesso à terra, cobertura vegetal, as confrontações, a exploração econômica da área e um registro para “informações adicionais”, que consiste na coleta de dados sobre a unidade produtiva ou seu proprietário que consideramos importantes para a pesquisa, como as estratégias das famílias em torno da afirmação de propriedade. As informações coletadas a respeito da extensão e da forma de acesso à terra serão utilizadas para a elaboração de tabelas específicas para cada município. A partir delas discutiremos as especificidades e singularidades do processo de ocupação fundiária no Vale do Taquari. Esses autos constituem a uma importante base empírica para a pesquisa em torno da aplicação da Lei de Terras. A sua análise pode mostrar os direcionamentos e as especificidades da implementação da mesma legislação na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Grande parte das terras florestais do Vale do Taquari foram rapidamente doadas nos primeiros anos do século XIX. Nesse período, receberam sesmarias (13.068 hectares): o capitão Domingos Borges Freire, em Santo Amaro, em 1800; José da Silva Lima e seus irmãos ainda menores, contemplados com a outorga da sesmaria do Desterro, em 1798; os irmãos Teixeira, que receberam as cartas correspondentes às fazendas denominadas Lajeado e Estrela, em 1800, entre outros. Já no interregno de 1815 e 1817, foram doadas várias datas de terras (1.089 hectares) nas

áreas serranas do Vale do Taquari pelo marquês do Alegrete, nos fundos das primeiras concessões as chamadas datas de meia légua em quadro. Estas últimas concessões tiveram uma intensa procura. Muitas eram comercializadas logo após a sua doação, como o fez Eleuthério Nunes da Silva, que recebeu a concessão de uma data de terras em 1796 no arroio Capivara, e a vendeu já em 1800 a Fernando José Machado (Christillino, 2024). A terra, nesse momento, já era um fator de segurança às famílias, na medida em que constituía um valor monetário considerável e estava em processo de valorização. Isto quando o Vale do Taquari abrigava uma importante elite militar, que garantia por meio do clientelismo as suas concessões de terras.

Em meados do século XIX, dentre as principais atividades econômicas que se desenvolviam no Vale do Taquari, a produção de tábuas de pinho (araucária) era a que recebia maior destaque. A serra próxima da vila de Taquari era rica nessas madeiras, e esse ramo de atividade também era favorecido pela proximidade com Porto Alegre, 87 quilômetros de trecho navegável dos rios Taquari e Jacuí, para onde as madeiras eram levadas por meio de balsas. A colonização alemã na região fez impulsionar as atividades das serrarias. A documentação dos tabelionatos (registros de compra e venda) e dos inventários post-mortem mostram a presença de serrarias nas principais linhas coloniais do vale. Isto nos mostra que, antes de se derrubar a mata, as suas principais árvores-de-lei eram comercializadas. Mas isso nas áreas mais próximas dos rios e das serrarias.

Além do fabrico de tábuas, o beneficiamento de madeiras falquejadas era outra atividade importante na região. A maioria dos fazendeiros se dedicou a essa atividade altamente lucrativa. Para se ter uma ideia, Manuel Alves dos Reis Lousada (barão do Guaíba), que era dono da Fazenda Conceição, foi o maior proprietário de escravos do Vale do Taquari (168 cativos), na década de 1860, dedicava-se principalmente à exploração de madeiras (Moreira; Cardoso, 2013). Além dos pinheiros, eram muito utilizadas as madeiras das seguintes espécies: grápia, angico, cedro, guabiroba, cerejeira, uvaia, guajuvira, canela amarela, louro e pessegueiro-do-mato. Conforme a exploração da madeira avançava no Vale do Taquari, ao longo do XIX, a atividade ia se deslocando em direção das áreas “rio acima”, quando as matas mais próximas da vila de Taquari estavam esgotadas.

A produção de erva-mate era outra iniciativa importante, especialmente no distrito de Santo Amaro e constituía o segundo ramo mais importante da economia local. Essa atividade era realizada especialmente por pessoas livres e pobres, que estavam em constante migração em função da falta de trabalho ou mesmo de terras para o estabelecimento de ranchos e roças, nas proximidades das vilas de Taquari e de Santo Amaro (Eckert, 2011). Essa atividade não exigia o emprego de muitos recursos para a obtenção do produto. Geralmente os trabalhadores montavam ranchos em torno de um *carijo*, que era uma espécie de “fábrica de erva”, constituído de um pequeno galpão coberto de palhas, no qual era feita a secagem dos ramos do mate sobre madeiras suspensas. Para isso, fazia-se fogo debaixo do *carijo*, para secar os galhos. Essas estruturas também serviam para abrigar os ramos do mate por um certo período, até o seu transporte para outro local onde seriam moídos.

No início do século XIX, o Vale do Taquari ocupava um lugar de destaque na economia sul-rio-grandense, em função da sua produção de trigo. Este cereal foi largamente cultivado nas regiões de colonização açoriana, e logo constituiu a segunda atividade econômica mais importante da capitania, no final do século XVIII. A produção tritícola foi iniciada nas proximidades da Lagoa dos Patos, mas logo ganhou espaço nas áreas mais produtivas da bacia do rio Jacuí, entre elas as vilas de Taquari e Santo Amaro, a partir do deslocamento interno dos primeiros casais açorianos. As duas primeiras povoações do Vale do Taquari nasceram como produtoras de trigo. De fato, as terras florestais permitiam a constante rotação das áreas plantadas, o que garantia uma alternativa de plantio aos terrenos já exauridos. As terras de campo, especialmente as de Santo Amaro, facilitavam o uso do arado no cultivo das lavouras maiores. Nestas, a fertilidade do solo era recomposta pelo revezamento do plantio de trigo com a pecuária. Era costume cercar uma determinada área para esse cultivo e, durante o período da entressafra (ou até por mais tempo), os mesmos terrenos eram utilizados como local de “pouso” para os rebanhos. Esses locais recebiam uma grande quantidade de esterco, o que garantia uma boa fertilização do solo sem o emprego intensivo de mão de obra. Uma vez sendo altamente lucrativa no primeiro quartel do século XIX, a lavoura tritícola permitiu a introdução de um grande número de escravos na região. Mas o trigo, o produto tradicional dos primeiros

núcleos de colonização açoriana, teria praticamente desaparecido entre os produtos cultivados em meados do século XIX, atingido por uma praga conhecida como ferrugem, e na década de 1850, não renderia nem se quer o quádruplo das sementes lançadas à terra (Christillino, 2024).

Na segunda metade do século XIX, as principais culturas agrícolas cultivadas eram o feijão, a mandioca e o milho, conforme mostram os dados dos impostos recolhidos no município de Taquari. O feijão e a farinha de mandioca constituíam a base da alimentação no Brasil, no século XIX. Estes produtos agrícolas eram cultivados principalmente nas pequenas propriedades próximas da vila de Taquari, nas quais a fertilidade do solo era recomposta periodicamente com as cheias do rio e após a década de 1850 também nas roças de coivara abertas em meio à mata. Além desses produtos, a região contava com vários outros produtos que, por serem consumidos localmente, não aparecem na documentação fiscal da Câmara de Taquari. Cultivava-se favas, abóboras, batatas e a cana-de-açúcar.

A pecuária era desenvolvida principalmente nas pequenas áreas de campo do Baixo Taquari, nos terrenos de campestres, e os números totais de bovinos e equinos locais poderiam ser encontrados em algumas estâncias da região da Campanha. Isso quando em 1856, a Câmara de Taquari informou que havia no município cerca de 30 mil cabeças de gado bovino, 1.759 cavalos, 1.373 ovelhas, 118 porcos e 82 cabras. Em 1878, mesmo após um significativo avanço da colonização, Taquari contava com 46.302 animais vacuns, 18.300 suínos, 1.387 ovelhas e 450 cabras. Vale ressaltar que Estrela foi emancipada em 1876, então parte dos rebanhos do vale não foram computados pela Câmara de Taquari (Christillino, 2019). Chama a atenção o aumento exponencial do rebanho suíno, em parte devido à imigração alemã. A criação de porcos teve maior espaço nas províncias de Minas Gerais e de São Pedro do Rio Grande do Sul. Já com a pecuária bovina os fazendeiros não conseguiam a mesma expansão. Os relatórios de presidentes de província apontavam, além da concorrência dos produtores platinos, a perda de fertilidade dos campos, a falta de melhoramento “das raças” (genético), a escassez de capitais e o custo/falta da mão de obra livre nas estâncias. Os grandes criadores da Campanha, que possuíam enormes extensões de terras e rebanhos, não tiveram grandes obstáculos ao prosseguimento das suas

atividades; mas aqueles das áreas de campos secundários não tiveram as mesmas alternativas. Dessa forma, os maiores proprietários de terras da região buscavam uma fonte de lucros alternativa, em meados do século XIX.

Na segunda metade do século XIX, a expansão da plantation cafeeira no Sudeste possibilitou o aumento da lavoura de alimentos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Linhares, 1979). Na maioria dos casos, as lavouras apresentavam resultados mais satisfatórios em plantações de portes pequenos e médios. No Vale do Taquari, as maiores fazendas não apresentavam grandes plantações, ainda mais entre as décadas de 1850 e 1880, quando o preço do escravizado aumentou significativamente. Por outro, as áreas devolutas ofereciam a oportunidade para os pequenos lavradores abrirem as suas posses, sem que eles precisassem trabalhar para os fazendeiros. A expansão do cultivo de alimentos para o abastecimento de outras províncias ocorreu nas pequenas e médias explorações agrícolas, mas as terras dos grandes proprietários se valorizavam em meio ao aumento da produção agrícola. Essa atividade facilitaria a compra de lotes por parte dos pequenos agricultores, especialmente pelos imigrantes europeus e de seus descendentes, nascidos em território brasileiro. Com efeito, o crescimento da produção de alimentos transformou a comercialização da terra em um grande negócio.

Na década de 1850, as terras das primeiras colônias no Vale dos Sinos já estavam esgotadas, então os filhos dos primeiros imigrantes migravam em direção às planícies dos rios Caí e Taquari, em busca de terras florestais férteis para a agricultura e mais baratas do que aquelas disponíveis nas suas localidades de origem, as “colônias velhas”. Era mais viável explorar novas áreas, especialmente de terras virgens, do que recuperar a fertilidade dos terrenos já exauridos. Desta forma, muitos descendentes de alemães passaram a comprar lotes de terras próximo da Vila de Taquari, nos primeiros anos da década de 1850.

A criação de colônias particulares de imigração, foi uma atividade altamente rentável. Muitas famílias de Taquari procuraram assegurar concessões de terras públicas, ainda no Período Colonial português, reservando para si a maior quantidade possível de terras. Nas décadas de 1840 e 1850, várias dessas primeiras concessões foram adquiridas por

negociantes de outros municípios do Rio Grande do Sul, especialmente após o término da Revolta Farroupilha. Nesse período, a estabilidade política possibilitou a execução de vários projetos de colonização, e estes estiveram no centro das atenções da Assembleia Provincial (Piccolo, 1998).

Em 1854, a presidência da província adquiriu uma grande área de terras nas proximidades da Colônia de Santa Cruz, o que viabilizou a comercialização de lotes coloniais na região serrana que se estendia na direção do Vale do Taquari, especialmente rumo aos campos de Santo Amaro, onde foram abertas a Linha Alemã e a Colônia do Couto. A criação da Colônia Provincial de Monte Alverne, em 1859, na área serrana do distrito de Santo Amaro intensificou o comércio de terras no Vale do Taquari. A partir deste momento, as colônias particulares se expandiram rapidamente na região. Foram fundadas diversas colônias, além de várias linhas e picadas coloniais.

Na década de 1850, antes da criação da Colônia Monte Alverne, vários fazendeiros iniciaram o loteamento das suas propriedades no Vale do Taquari. Nesse período, iniciou-se a colonização das fazendas Conventos, Estrela, Ubatuba, São Gabriel, Mariante, dos Barros. No início da década de 1850, foi intensa a entrada de imigrantes e seus descendentes em Taquari. As primeiras vendas foram feitas na Picada Novo Paraíso, em 1856, na Fazenda Estrela, de propriedade do tenente-coronel Vitorino José Ribeiro. O ritmo de vendas foi intenso e Antonio Israel Ribeiro aparece como o principal vendedor de lotes coloniais entre 1856 e 1862, na Fazenda dos Barros. Até o final da década de 1850, Antonio Israel Ribeiro e os membros da família Azambuja ainda adquiriam terras na região para formarem as suas colônias. Antonio Fialho de Vargas adquiriu as fazendas Carneiros, Lajeado e Conventos em 1855, em parceria com o seu irmão Manoel Fialho de Vargas e João Baptista Soares da Silveira e Souza. Na década de 1860, os fazendeiros Antonio Israel Ribeiro, Antonio Fialho de Vargas, Primórdio Centeno de Azambuja, Rafael Centeno de Azambuja e Antonio Joaquim da Silva Mariante comercializaram boa parte de suas terras a colonos imigrantes e aos seus descendentes. Antonio Fialho de Vargas foi o maior colonizador desse período e, logo após a comercialização parcial das colônias Carneiros e Conventos, reinvestiu seu capital em novas áreas para a colonização, especialmente nas terras em que criou a Colônia

Arroio do Meio, cuja comercialização iniciou em 1869.

Os comerciantes porto-alegrenses Carlos Schilling, Lothar de la Rue, Jacob Rich e Guilherme Kopp fundaram a Schilling e Cia., compraram várias áreas ao norte da Fazenda Estrela, onde fundaram a Colônia Teutônia, em 1856. Essa vasta propriedade, com aproximadamente 28 mil hectares, correspondia às antigas concessões de datas de terras (1.089 hectares cada) ao longo do arroio Boa Vista, nos fundos da Colônia Estrela. Essas terras tinham baixo valor de mercado naquele momento, possibilitando a Schilling & Cia. a concentração de uma extensa área para a colonização. Uma das propriedades compradas foi negociada em novembro de 1858, quando a colonizadora adquiriu 2.649 hectares de terras de José de Azambuja Vilanova. O vendedor havia recebido uma parte da área por herança de seu pai, Ricardo José Vilanova, e adquiriu outras três partes de seus irmãos. O núcleo não alcançou êxito nos seus primeiros dez anos. Até 1868, somente 21 famílias se estabeleceram na Colônia Teutônia. Nesse ano, Carlos Arnt ingressou na Schilling e Cia. como seu diretor. Enquanto ocupou o cargo entre 1868 e 1872, a colonizadora introduziu mais de 300 famílias imigrantes westfalianas na Colônia Teutônia. Nesse período, a área de 2.649 hectares de terras, adquirida de José de Azambuja Vilanova por dois contos de réis foi comercializada por pelo menos 33 contos de réis (Christillino, 2024). A rápida expansão da Colônia Teutônia valorizou as terras onde hoje se localiza o município de Imigrante. Além disso, em 1870 foi fundada a Colônia Provincial Conde d'Eu (Garibaldi) nessa época pertencente ao município de Montenegro. Embora essa colônia não estivesse economicamente voltada ao Vale do Taquari, ela teve a sua expansão em direção à região. Logo a colonização se expandiria rumo às terras do arroio da Seca. Os terrenos dessa região passaram a despertar a atenção dos fazendeiros e vereadores de Taquari.

Grande parte das terras do Passo do Corvo estava em litígio já na década de 1860. Membros das famílias Azambuja, proprietários da Fazenda São Gabriel e dos Ribeiro, que estavam à frente da Fazenda Estrela, disputavam aquelas terras que estavam em franca valorização.

Uma parte dos terrenos pertencentes ao atual município de Colinas estava já nas mãos da viúva Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira e seus filhos (que haviam adquirido uma data e posse de Pedro Álvares Cabral Cunha Godolphim), de Antonio Brentano e João Altenhofen, que haviam

adquirido grandes extensões dos primeiros. Esses proprietários eram confrontantes do tenente-coronel Primórdio Centeno de Azambuja.

Em 1861 Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira, filha do proprietário da Fazenda Estrela e viúva do deputado provincial Manoel Lopes Teixeira Junior, natural do Piauí, havia legitimado uma posse de 4.593 hectares, referentes às fazendas Beija-Flor e Santo Antonio (compra ao cunhado Pedro Godolphim). O processo apresentava fraudes claras, na medida em que a área não foi devidamente ocupada, algo exigido pela Lei de Terras para a revalidação de concessões e para a legitimação de posses. O então capitão da Guarda Nacional Primórdio Centeno de Azambuja encaminhou um pedido de embargo, que não foi aceito na Repartição Especial de Terras Públicas. Dessa forma, em 1862 Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira e seus filhos tiveram o seu título de propriedade.

Em março de 1874, Primórdio Centeno de Azambuja e sua mulher Juliana Carolina de Azambuja solicitaram a abertura de um processo de legitimação de uma data de terras de matos no lugar denominado Poço Grande, com 1.327 hectares. Teriam obtido a área por compra feita aos seus tios, herdeiros do seu avô, o tenente-coronel Antônio Xavier Azambuja e por doação de seus pais, João Xavier Azambuja e Laura Centeno de Azambuja. Primórdio e Juliana pretendiam demarcar as ditas terras, de acordo com o previsto na Lei de Terras de 1850. Outra fraude. A doação dessa data ao seu avô não consta na relação de terras outorgadas em Taquari, no período colonial. Conforme listagem do Arquivo Público do Rio Grande do Sul das datas e sesmarias doadas na capitania de São Pedro, a carta de concessão que fundamentaria o acesso àquelas áreas pelos Azambuja era um documento fictício. Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira encaminhou um pedido de embargo à medição de Primórdio, e os seus advogados mostraram detalhadamente as fraudes presentes no processo. O processo teve um parecer negativo do inspetor e do fiscal da Repartição Especial de Terras Públicas. Após esse revés, Primórdio e Maria José entraram em um acordo, e a membro do clã Ribeiro retirou o seu embargo. Ela sabia que as mesmas alegações usadas contra Primórdio, poderiam ser aplicadas à sua propriedade, e o tenente coronel contava "... com mais meios de iludir as disposições da lei..." (Chaves, 1978, p. 130). Em março de 1876 o processo foi aprovado.

Em 1881, Primórdio Centeno de Azambuja já havia comercializado

uma boa parte das terras do Poço Grande. Por outro, os limites da Colônia Conde D'Eu avançavam em direção ao Vale do Taquari. Essas duas frentes de colonização levaram os loteamentos às terras do futuro município de Imigrante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração intensificou a expansão do comércio de terras no Rio Grande do Sul. Este processo não pode ser entendido apenas enquanto o resultado da política de povoamento do Governo Imperial na província meridional, como vinha enfatizando a historiografia. O alargamento do complexo colonial ocorreu também em função dos interesses da elite sul-rio-grandense nesse processo, especialmente os fazendeiros e negociantes, e demais interessados no comércio de terras, os burocratas, atraídos pelos cargos dos órgãos criados para a administração colonial, sendo que muitos deles também atuaram na venda de lotes a imigrantes. O grande número de colônias particulares fundadas no Rio Grande do Sul, 84% do total dos núcleos fundados ao longo do Segundo Reinado, mostra que foram os agentes locais os principais responsáveis pela expansão do espaço colonial, e não o Governo Imperial. O comércio de terras foi uma das principais atividades alternativas à pecuária e à agricultura encontrada pelos fazendeiros na região serrana do Rio Grande do Sul. Esse negócio permitiu a acumulação de importantes fortunas nas mãos da elite local. A venda de terras florestais aos imigrantes provocou a rápida valorização destas áreas. Esta elevação no preço médio do hectare, na região serrana, fez ressurgir uma série de disputas em torno da afirmação de propriedade. Os colonizadores e fazendeiros encaminharam vários processos de legitimações a Repartição Especial de Terras Públicas, com o objetivo de obterem a titulação das áreas que alegavam ter obtido por meio da ocupação primária.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre: Erus, 1978, p. 130.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Os estranhos da terra: os lavradores nacionais e a imigração europeia no Vale do Taquari (1840-1889)**. Recife: Ed. UFPE, 2024.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Recife: Editora da UFPE, 2019.

ECKERT, José Paulo. **O povo dos herveas - entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850 - 1900)**. 212 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2011.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri, 1979.

MOREIRA, Paulo Staudt; CARDOSO, Raul. Auto de reconhecimento da cabeça de um preto apresentada pelo Capitão de Mato: crime, honra e negociação na formação de uma comunidade de senzala (Porto Alegre/Taquari, século XIX). **Revista Latino-americana de História**, v. 2, p. 503-521, 2013.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

RÜDIGER, Sebalt. **Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul, século XVIII**. Porto Alegre: Secretaria de Educação e Cultura/IEL, 1965.

INSTITUTO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
DO PIAUÍ - **INTERPI**



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.



Avanços e Desafios da Regularização Fundiária

APOIO

Fadex



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



LESTU
Editora